

II. Fontes normativas pertinentes:

A. Orçamento e finanças:

- **Lei 55-A/2010** ⁸ – Orçamento do Estado para 2011; o artigo 22 ⁹ estabeleceu que os valores pagos pelos contratos de aquisição de serviços de vigilância renovados no ano de 2011 serão reduzidos, de acordo com o disposto no artigo 19 ¹⁰ da Lei do Orçamento de Estado para 2011.
- **DL 29-A/2011 de 1 de Março** - o artigo 69 veio clarificar o que se entende por “valores pagos por contratos de aquisição de serviços”.
- **Portaria n.º 4-A/2011** – sobre a tramitação do parecer vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das Finanças e da Administração Pública.
- **Lei 64-B/2011** - Orçamento do Estado para 2012; o artigo 26 estabeleceu que o disposto no artigo 19 da Lei do Orçamento de Estado para 2011 é aplicável aos valores pagos por contratos de aquisição de serviços que, em 2012, venham a renovar-se ou a celebrar-se com idêntico objecto e ou contraparte de contrato vigente em 2011 celebrados por quaisquer das entidades públicas referenciadas nas alíneas a) a d) do n.º 1.

⁸ A Lei 55-A/2010 foi alterada pela Lei n.º 64-B/2011, de 30/12, Lei n.º 60-A/2011, de 30/11, Lei n.º 48/2011, de 26/08 e rectificada pela Decl. Rect. n.º 3/2011, de 16/02.

⁹ Este normativo não sofreu alteração.

¹⁰ Este normativo não sofreu alteração.

B. Actividade de segurança privada: ¹¹

- **DL 35/2004 de 21 de Fevereiro** ¹² – Regula a actividade de segurança privada.
- **Portaria 1325/2001** – Regula a formação inicial do pessoal de segurança e respectivo sistema de avaliação.
- **Portaria 64/2001** – Regulamenta os exames nacionais do pessoal de vigilância e de acompanhamento, defesa e protecção de pessoas.
- **Portaria 1142/2009** – Incide sobre as funções do Director de Segurança (funções de preparação, treino e actuação do pessoal de vigilância e a ligação entre a empresa e as forças de segurança pública).
- **Portaria 247/2008** ¹³ – Regula as condições em que deve ser exercida a actividade de transporte, tratamento e distribuição de valores.

C. Legislação laboral

- **Contrato Colectivo de Trabalho do Sector da Segurança Privada** publicado no BTE n.º 17 de 8.5.2011 e no BTE n.º 8 de 28.2.2011.
- **Código do Trabalho** (Lei 7/2009 de 12-2, com as alterações entretanto introduzidas pela Lei 53/2011 de 14 de Outubro).

¹¹ A legislação identificada influi no custo dos serviços de segurança.

¹² A Lei da Segurança Privada foi alterada pelos seguintes Diplomas legais: DL n.º 114/2011, de 30/11, DL n.º 135/2010, de 27/12, Lei n.º 38/2008, de 08/08 e DL n.º 198/2005, de 10/11.

¹³ A Portaria 247/2008 foi alterada pela Portaria 840/2009 de 3.8.2009.